

# Livre reajuste na pré-escola

Demais cursos esperam fim do congelamento antes das aulas

"O reajuste dos preços nos cursos pré-escolares e idiomas está realmente operado, ficando a critério de cada estabelecimento de ensino, de acordo com sua realidade, a fixação de um preço capaz de fazer face à despesa de cada escola." A informação é do presidente do sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Distrito Federal, Aloisio Britto, que se reuniu ontem com o delegado regional da Sunab, Paulo Augusto Guimarães.

De acordo com Aloisio Britto, o decreto que reajusta a semestralidade escolar "dava margem a duas interpretações, deixando o consumidor com dúvidas". Após a reunião com o superintendente da Sunab, explica Aloisio Britto, "é claro que só estão sujeitos ao reajuste de 35 por cento, mais 15% negociado com os pais, os cursos de 1º, 2º e 3º graus.

O delegado da Sunab também esclareceu que o que está congelado é tabelado é o valor da semestralidade e não o da mensalidade, podendo a escola majorar a sua mensalidade em mais de 35 por cento, desde que o total da semestralidade não ultrapasse o valor da semestralidade anterior acrescido de 35 por cento.

O presidente do sindicato afirmou que um proprietário de colégio pode fixar um valor arbitrário para as parcelas iniciais e depois fazer o acerto nas últimas parcelas.

Quanto ao reinício das aulas em Brasília, Aloisio Britto disse que este assunto só será definido amanhã numa assembleia do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino, quando será debatida a decisão da reunião de hoje do Conselho de Representantes da Federação

Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

Britto lembrou que na última reunião deste conselho, "a orientação foi no sentido de não se iniciar o ano letivo enquanto as autoridades educacionais não reexaminarem o reajuste das semestralidades." Para Aloisio Britto, o governo deve tratar esta matéria "de forma técnica e não política".

Ele defende um reajuste baseado em "critérios técnicos bem definidos" já que "cada escola tem uma realidade." Em sua opinião, o governo deve criar uma "fórmula matemática que leve em conta aspectos como o salário do professor, o número de alunos em cada sala de aula, a carga horária curricular, infraestrutura física do estabelecimento e a realidade socio-económica da cliente que a escola atende".